

AUDIÊNCIA. Instituições discutem no MPF ações para pacientes do SUS

Atendimento para câncer é debatido

LUANA MARTTINA
REPÓRTER

“Quem tem câncer, tem pressa”. Além de ser a dura realidade de muitos alagoanos, esse foi o tema de uma audiência pública realizada ontem, na sede do Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL), no bairro do Barro Duro, em Maceió. Representantes de instituições públicas, órgãos de fiscalização e da sociedade civil compareceram à reunião para discutir os avanços e dificuldades de acesso às ações e serviços de prevenção e tratamento de pacientes oncológicos em todo o Estado de Alagoas, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

A audiência, convocada pela procuradora da República, Roberta Barbosa Bomfim, faz parte de um inquérito civil que tramita na Procuradoria da República em Alagoas (PR/AL), visando garantir o diagnóstico e o tratamento eficazes no caso de neoplasia maligna. Duas audiências públicas para tratar do mesmo assunto ocorreram nos anos de 2014 e 2015 e, desde então, reuniões bimestrais são realizadas com o intuito de acompanhar as medidas adotadas pelos órgãos públicos envolvidos.

Estiveram presentes na audiência representantes das secretarias de Estado da Saúde de Alagoas (Sesau), Municipal de Saúde (SMS), Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes, Santa Casa de Misericórdia, Hospital do Açúcar, Defensoria Pública da União, Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), da Rede Feminina de Combate ao Câncer e do Grupo Mama Renascer.

Neste mês de outubro,



JOSÉ FEITOSA

Entidades destacaram avanços e também debateram sobre os problemas enfrentados por quem precisa de cuidados para a doença em Alagoas

com a campanha do Outubro Rosa, a audiência manteve o foco no tratamento de pacientes alagoanos portadores de câncer de mama. Um dos pontos discutidos foi o número de consultas iniciais que auxiliam no diagnóstico do câncer de mama que o município de Maceió oferece. A SMS informou que, atualmente, são ofertadas, aproximadamente, 55 consultas semanais para pacientes da primeira macrorregião de saúde, realizadas na Santa Casa de Misericórdia de Maceió e no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes, gerando a média de 220 consultas referentes ao câncer de mama mensalmente.

No Hospital Universitário (HU), a triagem e as consultas são realizadas por oncologistas clínicos. Já na Santa Casa, o aten-

dimento é feito pelo cirurgião de acordo com a especialidade a que foi encaminhado. As secretarias de Saúde expuseram o andamento de pontos levantados na última reunião, a fim de mostrar os avanços e as dificuldades encontradas desde o último encontro.

A promotora Micheline Tenório abordou a dificuldade de muitos pacientes de se deslocarem até os hospitais para dar continuidade ao tratamento. “Temos visto que as moradoras da parte alta de Maceió, como os bairros do Benedito Bentes, os conjuntos Denison Menezes, Gama Lins, encontram dificuldades de manter o tratamento. Eles conseguem ir até o HU, por ser mais perto de casa e, ainda assim, muitos fazem o percurso a pé, mas, se forem destinados à Santa Casa, interrompem o tratamento por falta de dinheiro para pagar o transporte”, diz.

Na audiência, a promotora citou a necessidade de criar condições para essas pessoas se deslocarem, seja direcionando a hospitais próximos de suas residências ou com benefícios de passagem especial nos coletivos da cidade.

Já a presidente do Grupo Mama Renascer, Naydja Reis, foi enfática em sua colocação. “Nós temos acompanhado o esforço dos hospitais em tratar as pacientes do câncer de mama, mas no Hospital Geral do Estado tem muita gente internada por conta das intercorrências, aguardando ir para o HU, por exemplo. A lista de espera de pacientes que estão lá é extensa e fica cada vez mais difícil a assistência. E essas mulheres estão morrendo em casa por falta de leito nos hospitais”, afirmou.

A representante do HU esclareceu que o hospital trabalha com 18 leitos oncológicos e que não há como aumentar esse número. A lista não é apenas do HGE e o hospital tem se adaptado como pode para não deixar de oferecer esse tipo de atendimento.

A procuradora Roberta Bomfim explicou que a transferência do HGE para outras unidades de saúde é complicada. “Já nos debruçamos sobre o HU e pedimos aos órgãos competentes, como o Ministério da Saúde, que sanem as pendências, seja contratando pessoal ou adquirindo equipamentos”. ☺

;

Demanda

Reuniões bimestrais são realizadas com o intuito de acompanhar as medidas adotadas pelos órgãos públicos envolvidos; Maceió oferta 55 consultas semanais aos pacientes